



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS

ESCOLA DE NUTRIÇÃO

ANA LAURA ASTY CAVALCANTE BOSCO

**O PAPEL DO EDUCADOR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM RELATO DE  
EXPERIÊNCIA**

RIO DE JANEIRO

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS  
ESCOLA DE NUTRIÇÃO

ANA LAURA ASTY CAVALCANTE BOSCO

**O PAPEL DO EDUCADOR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM RELATO DE  
EXPERIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Escola de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Nutrição.

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR LEOPOLDO GUILHERME PIO

RIO DE JANEIRO

2023

ANA LAURA ASTY CAVALCANTE BOSCO

**O PAPEL DO EDUCADOR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UM RELATO DE  
EXPERIÊNCIA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Escola de Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Nutrição.

Data da aprovação: / /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Doutor Leopoldo Guilherme Pio  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Orientador

---

Professora Doutora Mônica Valle de Carvalho  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Professora Doutora Thais Salema Nogueira de Souza  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho a todos os educadores que fizeram parte da minha trajetória, tanto aos que me transmitiram conhecimentos através das aulas, desde os docentes da educação infantil aos da faculdade, e aos que tenho como exemplo em minha família, principalmente minha mãe e avó, e ciclo de amizade. Além disso, dedico à Ana Laura criança, em que sempre afirmou com orgulho querer ser professora ao ser perguntada sobre qual profissão gostaria de possuir no futuro e tinha prazer em ajudar os amigos nas tarefas pedidas e sempre amou apresentar trabalhos na frente da turma toda. Pensando em toda minha vida, meu Trabalho de Conclusão de Curso não poderia ter um tema melhor e mais significativo.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por me darem a vida e por acompanharem de perto minha luta e esforço para terminar minha graduação. Pai, obrigada por ser crítico, por perder um bom tempo lendo todo meu trabalho e por ter se preocupado ao longo de todo esse processo, seja por mensagens e pelas orações. Saiba que recebi todas elas ao sentir meu coração se acalmando em momentos em que a dificuldade era grande. Mamãe, obrigada por sempre ter segurado minhas mãos, ter sido minha maior incentivadora ao longo de todos esses anos de graduação e por ter se permitido ser minha cobaia em tantos trabalhos ao longo dessa estrada. Obrigada por não ter me deixado desistir em meio a todas as dificuldades que os anos de 2020 e 2021 me trouxeram e por ter participado de todas as aulas possíveis no período remoto! Isso tudo me deu forças para seguir e poder estar aqui hoje.

À minha família, obrigada por terem sido grandes apoiadores do meu sonho. Vovô Adelson, vovó Nurinha, tio Bruno e tia/avó Elvira, vocês foram fundamentais para que eu pudesse concluir essa etapa ao me oferecer escuta, acolhimento, comida (rsrs), lanchinhos, caronas, ajuda financeira e muito incentivo.

À minha querida e tão desejada irmã Beatrice, agradeço por sempre oferecer seu melhor sorriso, me indicar as melhores séries para desestressar e estar sempre disponível para me ouvir desabafar sobre minhas angústias e desafios. Saiba que às vezes quem parecia a irmã mais velha era você, quando nas muitas crises de choro você quem vinha me socorrer e acalmar.

Ao meu marido Gabriel, que acreditava mais em mim do que eu mesma e me ofereceu colo, carinho, comida gostosa, amor e compreensão nos momentos em que pensei não ser capaz. Obrigada por sempre confiar em mim e por ser esse companheiro insubstituível ao longo de toda graduação.

Aos meus filhotes companheiros e amorosos, Frida, Ibiza, Nico e Nenê e aos peludos que não são meus mas que me animaram ao longo de toda trajetória, Milly, Charlie, Molly, Onofre, Mia, Felipe, Nino, Pastel, Olivia Katrina, Theo Bolota, Ramon, Rebekah e Klaus.

Aos meus amigos, de antes e após a UNIRIO, que me incentivaram ao longo desses anos. Em especial a Yoko, Helena, Gabrielle e Camilla por todo apoio e ajuda durante esses últimos meses de graduação.

Ao meu orientador e amigo Leopoldo, por toda sua ajuda e encorajamento ao longo desta e de todas as etapas da minha graduação desde nosso encontro. Feliz em ser sua eterna monitora e amiga.

E, por fim, aos professores da UNIRIO e da Escola de Nutrição que, por meio de suas aulas repletas de reflexões, me moldaram como profissional para possuir um olhar empático e diferenciado, que buscarei ter em toda minha caminhada a partir daqui.

*Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.*

Paulo Freire

## RESUMO

**Introdução:** As atividades de Educação Alimentar e Nutricional são previstas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas públicas do país. Nas escolas privadas, a legislação vigente nem sempre é cumprida e isso pode enfraquecer a curricularização do ensino em nutrição. O papel do educador é visto como um facilitador nas mediações e na construção de conhecimento a respeito de temas interdisciplinares previstos no currículo escolar. Com isso, a implementação de práticas voltadas para a promoção de saúde e de práticas alimentares adequadas e saudáveis com crianças é um obstáculo a ser superado em conjunto com toda comunidade escolar. **Objetivo:** Identificar a importância do papel do educador no cenário da promoção de práticas de Educação Alimentar e Nutricional na alimentação escolar em uma escola de modalidade particular do Rio de Janeiro. **Métodos:** Elaboração de um relato de experiência a partir da vivência em estágios supervisionados realizados em diferentes áreas da escola. **Resultados:** Foi possível identificar diferentes abordagens realizadas pelos professores da escola, o que demonstra falta de integralidade a respeito da forma em que as práticas serão feitas. Somado a isso, a falta de parceria entre a equipe de nutrição com a equipe pedagógica e educacional da escola foi destaque entre as atividades que não foram bem sucedidas ao longo da vivência. **Conclusão:** Constatou-se que a falta de orientações nutricionais feitas pelo professor podem estar relacionadas com o desperdício e desinteresse em experimentar alimentos novos. Somado a isso, as atividades que foram acompanhadas pelos professores obtiveram melhor aproveitamento entre os escolares e promoveram mudanças positivas na relação de muitas crianças com a comida.

**Palavras-chaves:** Educação Alimentar e Nutricional, Educadores, Escolas Particulares.

## ABSTRACT

**Introduction:** Food and Nutrition Education activities are provided for by the National School Feeding Program in public schools in the country. In private schools, there is no legislation in force that requires the curricularization of teaching in nutrition. The role of the educator is seen as a facilitator in mediations and in the construction of knowledge regarding interdisciplinary themes foreseen in the school curriculum. Therefore, the implementation of practices aimed at promoting healthy habits in children is an obstacle to be overcome together with the entire school community.

**Objective:** To identify the importance of the educator's role in the scenario of promoting Food and Nutrition Education practices in school feeding in a private school in Rio de Janeiro. **Methods:** Elaboration of an experience report from the experience in supervised internships carried out in different areas of the school.

**Results:** It was possible to identify different approaches carried out by the school's teachers, which demonstrates a lack of comprehensiveness regarding the way in which the practices will be carried out. Added to this, the lack of partnership between the nutrition team and the school's pedagogical and educational team was highlighted among the activities that were not successful throughout the experience.

**Conclusion:** It was found that the lack of nutritional guidance given by the teacher may be related to waste and lack of interest in trying new foods. Added to this, the activities that were monitored by the teachers were better used by the students and promoted positive changes in the relationship of many children with food.

**Keywords:** Food and Nutrition Education, Educators, Private Schools.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	12
2.1 ESCOLA COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO INFANTIL E GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	12
2.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL .....	16
2.3 PAPEL DO EDUCADOR NA ALIMENTAÇÃO .....	19
<b>3 JUSTIFICATIVA</b> .....	23
<b>4 OBJETIVOS</b> .....	24
<b>5 METODOLOGIA</b> .....	25
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	25
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	35
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	37

## 1 INTRODUÇÃO

A escola é um espaço de construção de pensamentos, formação individual e aprendizagem coletiva e é nessa fase da vida em que ocorrem estímulos que podem influenciar em aspectos comportamentais, psicossociais e nutricionais. A formação de hábitos alimentares pode ser influenciada por fatores fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos e possui papel importante no momento da introdução da criança na escola, já que nesse espaço pode ocorrer o estímulo de que sejam experimentados alimentos fora do convívio familiar e o escolar pode ser impactado pelo grupo social em que está inserido (RAMOS; SANTOS; REIS, 2013).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado com o intuito de promover a saúde alimentar de crianças das escolas públicas do Brasil. É reconhecido e elogiado em todo mundo por garantir a Segurança Alimentar e Nutricional por meio da garantia de uma alimentação adequada e saudável. Além disso, é vinculado a ele a implementação de práticas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nas escolas, que possui como objetivo principal abordar a alimentação por meio de recursos educacionais que favoreçam a reflexão a respeito do comportamento alimentar (BRASIL, 2020; BRASIL 2012). Essas práticas são fundamentais na promoção de hábitos saudáveis em crianças, especialmente no ambiente escolar. A atuação do nutricionista escolar em atividades de promoção e realização de práticas de EAN está prevista no PNAE e em resolução do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), que determina que as ações devem promover consciência e ser articulada com a direção e coordenação pedagógica das escolas. Como o PNAE não abrange as escolas privadas, há uma portaria e uma lei que visa incluir a promoção da alimentação saudável e a inclusão do tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Infelizmente, nem sempre isso é cumprido, o que prejudica a promoção de saúde e de práticas alimentares adequadas e saudáveis com crianças.

Somado a isso, o papel do educador de uma escola vai além da transmissão de conhecimentos, já que é com esse profissional que são estabelecidas relações de confiança, respeito e empatia. A afetividade nas salas de aula é tão importante quanto a disciplina, já que promove o avanço e progresso no aprendizado dos alunos (SALUSTINO, 2013). No contexto da Educação Alimentar e Nutricional, o

professor assume um papel de destaque, pois consegue atuar como agente transformador a respeito da alimentação e nutrição. Por meio dessa relação de confiança, é possível desenvolver habilidades e competências nos alunos, de forma a promover reflexões a respeito de escolhas alimentares. A participação desses profissionais deve estar alinhada entre o embasamento teórico e as práticas cotidianas, o que irá influenciar os estudantes a colocarem em prática o que foi aprendido em cada ação (MIRANDA, 2008).

É preciso que a ação do educador seja orientada por nutricionistas, que são profissionais formados e podem fornecer o conhecimento necessário para a elaboração de atividades voltadas para a educação alimentar e nutricional, de forma a incentivar a interdisciplinaridade como ponto primordial nas práticas. Para isso, é necessária a formação contínua dos profissionais envolvidos na promoção da alimentação saudável nas escolas, de forma a atualizar o conhecimento desses educadores para promover o fortalecimento do papel da escola na formação de hábitos alimentares saudáveis (JUZWIAK; CASTRO; BATISTA, 2013).

Considerando identificar a importância do papel do educador no cenário da promoção de práticas de EAN na alimentação escolar em uma escola particular do Rio de Janeiro, este estudo propõe demonstrar as tarefas desenvolvidas no campo de estágio a respeito de atividades relacionadas à nutrição.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 ESCOLA COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO INFANTIL E GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a infância pode ser definida como o período do nascimento da criança até os 18 anos de idade. Essa definição é adotada internacionalmente para fins de saúde e bem-estar infantil, levando em consideração as diferentes etapas de desenvolvimento físico, cognitivo e emocional durante cada fase da vida. É considerada primeira infância dos 0 aos 5 anos, infância intermediária dos 6 aos 12 anos e adolescência dos 12 aos 18 anos. No contexto brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera a infância do momento do nascimento até 12 anos incompletos, fase que é considerada fundamental para a proteção e garantia dos direitos das crianças, e define a adolescência a partir dos 12 anos até completar 18 anos.

De acordo com o ECA, a educação é direito fundamental da criança e do adolescente. A Lei nº 8.069/1990 é a legislação brasileira que estabelece direitos e deveres em relação às crianças e aos adolescentes. No artigo 53 do ECA é assegurado o direito à educação, afirmando que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Dessa forma, o ECA reconhece a importância da educação na formação e no desenvolvimento integral das crianças, garantindo seu direito de acesso à educação de qualidade, com foco no desenvolvimento pessoal, social e preparação para a vida adulta (BRASIL, 1990).

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) foi incorporado à Constituição Federal Brasileira e hoje está situado no artigo 6º em condição de igualdade jurídica aos demais direitos fundamentais como a educação, a saúde e a habitação. Isso ocorreu após a sanção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN, Lei nº 11.346/2006), que estabelece que:

A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (LOSAN, art.2º).

De acordo com o Relator Especial para o direito à alimentação da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o DHAA da seguinte forma:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (ONU, 2022).

As instituições de ensino são importantes para assegurar os direitos da criança e do adolescente. As escolas devem disponibilizar refeições diariamente de acordo com a permanência do escolar e devem ser garantidas de maneira estável, regular e permanente durante todo o período letivo. Dessa forma, é garantido o direito à alimentação e o direito à educação (FIAN BRASIL, 2021). Os direitos assegurados pela Constituição citados acima irão influenciar a vida de todos os indivíduos na sua construção pessoal.

Compreende-se que a formação dos hábitos alimentares é influenciada por fatores fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos e que têm sua formação iniciada na infância. O hábito alimentar é avaliado como um repertório de práticas alimentares que tendem a se repetir ao longo do tempo e é nessa fase da vida que o indivíduo sai do convívio basicamente familiar e penetra no contexto escolar, no qual experimentará outros alimentos e preparações e terá oportunidade de promover alterações nos seus hábitos alimentares pelas influências do grupo social e dos estímulos presentes no sistema educacional. (RAMOS et al., 2013).

A socialização da criança com outros indivíduos se inicia com a ida à escola, local de construção social e de formação de caráter e preferências. É na escola que se ocorre o contato diário com outras crianças e que podem ser observadas mudanças a respeito do paladar e de preferências alimentares. Assim, entende-se que a escola apresenta um ambiente privilegiado para programas de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e essa conjuntura vem sendo considerada na formulação de políticas públicas em alimentação e nutrição (RAMOS et al., 2013).

Na alimentação em fase escolar ocorre os primeiros contatos da criança com refeições fora do ambiente caseiro e podem ser oferecidos alimentos que não fazem

parte do cotidiano daquele indivíduo. É comum que nessa fase alguns alimentos sejam rejeitados, já que estão em formação de paladar (SOUZA; RODRIGUES, 2020).

No Brasil, existe um programa chamado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que está vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC). Tem como objetivo promover a saúde alimentar nas escolas públicas de todas as etapas da educação básica, incluindo educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. O PNAE atende cerca de 40 milhões de escolares de todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal e nas entidades qualificadas como filantrópicas ou por elas mantidas, nas escolas mantidas por entidades sem fins lucrativos e nas escolas comunitárias conveniadas com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (LIMA, 2020).

O cardápio das refeições devem ser planejados por nutricionista responsável técnico pelo programa, tendo como base a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados, de modo a respeitar as necessidades nutricionais, hábitos alimentares e cultura do local. É necessário garantir a oferta mínima de frutas e hortaliças no cardápio semanalmente. Além disso, no mínimo 30% do recurso federal repassados devem ser utilizados na aquisição de alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2009; BRASIL, 2020).

O PNAE é reconhecido como um dos maiores programas de alimentação do mundo e o único que alcança uma cobertura universal em todo o país. Ele desempenha um papel fundamental na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, por meio da promoção de uma alimentação saudável e adequada. Isso inclui o uso de alimentos diversificados e seguros, respeitando a cultura e os hábitos alimentares saudáveis. O programa visa garantir a segurança alimentar e nutricional de todos os alunos, promovendo o acesso de forma equitativa e considerando as diferenças biológicas de idade e as condições de saúde dos alunos que necessitam de atenção específica, assim como aqueles em situação de vulnerabilidade social. Além disso, busca desenvolver ações de educação alimentar e nutricional, assegurando o direito à alimentação escolar. (BRASIL, 2020).

Apesar de ser um programa completo de alimentação escolar, o PNAE é previsto por lei apenas para escolas públicas. Para as escolas privadas não há legislação que tenha o impacto que o programa possui. A Portaria Interministerial 1.010/2006 (MEC/MS) institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional de modo a favorecer o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar. Definem que os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição, Instituições e Entidades de Ensino e Pesquisa prestem apoio técnico e operacional aos estados e municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas, incluindo a capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiras, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais interessados. Também há a Lei nº13.666/2018 que altera a Lei nº9,394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que institui a inclusão do tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar, garantindo para escolas públicas e privadas de todo país. Vale ressaltar que, apesar dessas leis serem voltadas também para o ensino privado, não é muito incentivada a promoção da alimentação saudável e do ensino em nutrição nessas organizações, que se reflete na falta de divulgação dessas leis a nível nacional (BRASIL, 2006; BRASIL, 2018).

Além disso, há algumas leis que abarcam o ensino público e privado e dispõem sobre temas pertinentes à alimentação escolar a nível regional no país. A exemplo da região Sudeste, a Lei Nº15072/2004, de Minas Gerais, “dispõe sobre a promoção da EAN em escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino”. As Leis Nº4508/2005 e Nº6590/2013 do Rio de Janeiro e a Lei Nº17340/2021 de São Paulo que promovem o consumo de alimentos saudáveis nas cantinas das escolas, proibindo a comercialização de produtos com gorduras trans e outros alimentos industrializados que podem contribuir para a obesidade infantil e a divulgação de informações nutricionais dos alimentos comercializados. Também no Rio de Janeiro, há o programa “Alimentação Para Todos”, previsto na Lei Nº7867/2018, que possui como objetivo incluir e providenciar merendas escolares especiais para crianças que possuam alguma doença específica que exija uma dieta diferenciada. Nessa lei é previsto que caso não haja distribuição gratuita de

merenda, como ocorre na maioria das escolas privadas, caberá à escola providenciar essa alimentação especial. Apesar da existência das Leis citadas, não há nenhuma Lei voltada apenas para as escolas privadas, o que representa que não há programas específicos do governo para esse público.

## 2.2 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012). De acordo com o Marco de EAN, prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), EAN deve ser tratada universal e integradamente de forma a fazer parte de todo o currículo de escolas públicas, no âmbito dos demais componentes curriculares e foi oficializada através da Lei 11.947/2009, em que cita a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem de forma a se integrar no currículo escolar abordando o tema alimentação e nutrição, o desenvolvimento de práticas saudáveis na vida e a perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009).

A Lei 13.666/2018 estabelece que a educação alimentar e nutricional seja incorporada no currículo escolar das disciplinas de ciências e biologia, dos ensinos fundamental e médio, de todas as escolas públicas e privadas do país. A exigência é incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), que possui diretrizes para o ensino e formação de crianças e jovens em todo Brasil. A intenção da inclusão da educação alimentar e nutricional no currículo se baseia em assegurar informações sobre alimentação saudável aos cidadãos desde a infância, auxiliando no combate à obesidade infantil, o que contribuirá para a formação de adultos com hábitos alimentares adequados e dietas nutritivas (BRASIL, 2018).



Existem princípios organizativos e doutrinários do campo que a prática de EAN está inserida, já que pode ocorrer em diversos setores. Na educação, é necessário se atentar aos princípios estruturantes do PNAE e somá-los a reflexões a respeito de temas como: I sustentabilidade social, ambiental e econômica; II sistemas alimentares; III valorização da cultura alimentar local; IV culinária como prática emancipatória; V promoção do autocuidado e da autonomia; VI educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação de sujeitos; VII diversidade nos cenários de prática; VIII intersectorialidade e IX o planejamento, avaliação e monitoramento das ações (BRASIL, 2012).

No princípio VI do Marco de EAN, que aborda a educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos, é estabelecido que as abordagens adotadas devem privilegiar processos ativos, incorporando conhecimentos e práticas populares relacionando as realidades de cada indivíduo participante da prática, de forma a possibilitar maior integração entre a teoria e o estilo de vida do participante. Além disso, o princípio ainda estabelece:

Indica que a EAN precisa estar presente ao longo do curso da vida respondendo às diferentes demandas que o indivíduo apresente, desde a formação dos hábitos alimentares na primeira infância à organização da sua alimentação fora de casa na adolescência e idade adulta (BRASIL, 2012).

As práticas de EAN se desenvolvem baseadas em educação permanente, em que o aprendizado é construído a partir dos problemas encontrados na realidade e levam em consideração conhecimentos prévios, experiências adquiridas e desigualdades regionais (BRASIL, 2009). Na formação de profissionais da comunidade escolar, essas ações são promovidas principalmente em escolas públicas por equipes intersectoriais por iniciativa das Secretarias de Educação, no âmbito do PNAE e pelo FNDE, através dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs) (BRASIL, 2012). O objetivo dos CECANEs é fortalecer o PNAE promovendo ações de formação para esses profissionais. São sujeitos da formação os gestores, professores, coordenadores pedagógicos, profissionais que preparam a alimentação escolar, nutricionistas e agricultores familiares. Os resultados alcançados incluem a incorporação do tema alimentação e nutrição nos currículos e nas formações permanentes dos profissionais de educação; maior envolvimento da comunidade escolar; diversificação da

alimentação escolar e ações educativas provenientes da aproximação entre os saberes técnico e popular (BRASIL, 2012).

As ações de EAN que podem ser desenvolvidas nas escolas devem ser pautadas na reflexão e provocação para instigar o indivíduo a uma preocupação com a saúde. Possui como opções uma aula expositiva (SOUZA; RODRIGUES, 2020; ANTUNES, 2012), onde pode ser feita a sensibilização de crianças e adolescentes sobre sua responsabilidade com seu corpo e sua saúde (BRASIL, 2012), montagem de jogos educativos e lúdicos, produção de informações e atividades interativas em que a criança pode manipular e experimentar novos alimentos (SOUZA, 2006).

Todo nutricionista é um educador e, por isso, o nutricionista tem papel fundamental em educar a população para que se torne mais consciente de uma alimentação ideal. A nutrição previne futuras enfermidades, o que pode ser determinante para uma vida saudável e duradoura (GRILLO et al., 2016). A lei 11.947/2009 estabelece a presença de uma nutricionista responsável técnica, que deverá garantir o PNAE nas escolas de forma a elaborar cardápios, fazer a aquisição dos gêneros alimentícios e promover ações de EAN (BRASIL, 2009). O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) determina na Resolução CFN N° 465/2010 que compete ao nutricionista a atividade obrigatória:

Propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar, inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição (Resolução CFN N° 465/2010, Artigo 3°).

Apesar dessa obrigatoriedade, estudos comprovam que as ações implementadas não possuem tanta efetividade dependendo da frequência que a atividade de EAN é realizada. Em SILVA et al. 2018, foi realizado um estudo nos municípios de Goiás para avaliar a atuação do nutricionista responsável técnico nas práticas de educação alimentar e nutricional em escolas e creches. O estudo obteve como resultado uma baixa frequência das atividades, que eram realizadas de forma semestral na grande parte dos municípios e, apesar da maioria dos entrevistados afirmarem que a EAN faz parte do projeto político pedagógico (PPP) da escola não há conhecimento a respeito de quais disciplinas o conteúdo está inserido. Além

disso, foi ressaltada que as atividades feitas eram em sua maioria palestras, o que não leva em consideração o aspecto lúdico necessário para que as ações obtenham maior efetividade.

Com isso, apesar das dificuldades sinalizadas no Marco de EAN, como monitorar, ampliar e difundir as ações de EAN no ambiente escolar; a escassez de materiais orientativos institucionais e a ausência de uma agenda intersetorial comum, a prática de EAN precisa ser feita com os educadores de uma escola para que ações educativas sejam estimuladas para as crianças por esses educadores no momento da alimentação (BRASIL, 2012).

### 2.3 PAPEL DO EDUCADOR NA ALIMENTAÇÃO

A convivência do professor com o aluno é o que forma o fazer educativo. Observando esse relacionamento, é possível destacar relações saudáveis e afetivas nesses momentos de troca de aprendizados. É somado a esse fato que muitos educadores buscam incluir os estudantes como agentes de sua aprendizagem, aplicando a verdadeira função social da escola com base na democracia e na escola como espaço de construção de indivíduos. É importante compreender que o educador não é simplesmente um transmissor de conhecimentos para seus alunos, sendo importante para a construção do senso crítico e para questões que vão além da sala de aula. (SALUSTINO, 2013; MIRANDA, 2008).

Para construir condições favoráveis para que a aprendizagem ocorra dentro e fora de sala de aula, é necessário que seja construída uma relação pautada na confiança, no respeito mútuo e a afetividade tem um papel fundamental para a construção do conhecimento e no aspecto emocional dos alunos (SALUSTINO, 2013).

Segundo Paulo Freire (1996), todo professor deixa marcas em seus alunos, algumas boas e outras não. Segundo o autor, algumas características são necessárias para ser um professor que possui a afetividade como cerne do conhecimento:

“O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer ao aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um

desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas (FREIRE, 1996:96).”

O educador possui um papel fundamental na educação e formação dos indivíduos em temas além da formação escolar. A formação alimentar e nutricional é importante para a construção da cidadania e desenvolvimento individual e da população. A educação alimentar possibilita melhor qualidade de vida e auxilia a prevenir futuras doenças e complicações relacionadas à saúde (SOUZA; RODRIGUES, 2020).

Os educadores participam da intervenção educacional como mediadores das ações no intuito de auxiliar e conduzir na adoção de hábitos alimentares saudáveis. Para que seja efetivo, é importante que o professor esteja munido de embasamento teórico aliado à sua prática cotidiana, influenciando os alunos a colocarem em prática o que foi ensinado (MIRANDA, 2008).

Conforme demonstrado no estudo de Soares, Lazzari e Ferdinandi (2009), a participação dos docentes no processo de construção do conhecimento a respeito de nutrição é importante para melhor aproveitamento dos alunos quanto ao conteúdo que é ministrado. Foram entrevistados 69 educadores de escolas públicas e particulares e 62,32% não receberam nenhuma formação para repassar os conhecimentos a respeito do campo da nutrição para os estudantes. A disciplina que mais aborda esse tema é a de Ciências tanto nas escolas públicas quanto privadas, mas há diferenças quanto ao conteúdo programático de cada sistema. 80,30% dos professores responderam que seria importante para a saúde nutricional dos escolares a inclusão de uma disciplina específica de EAN na matriz escolar.

O objetivo do estudo de Bernardon et al. (2009) foi a construção de uma formação em alimentação e nutrição com o auxílio de 59 educadores de escolas com diferentes poderes aquisitivos, particulares e públicas urbanas e escolas públicas rurais. Previamente a construção da formação, foi feita uma etapa de levantamento de demandas e expectativas a serem sanadas ao final do curso com o auxílio desses educadores. Dentre as demandas surgiram dificuldades como “a falta de conhecimento sobre alimentação pelos educadores e pelos responsáveis pela

criança; presença de vendedores ambulantes na escola; influência da mídia na alimentação escolar; dificuldade de acesso às escolas rurais e o cardápio da merenda não atender às expectativas da comunidade escolar”. Quanto às expectativas ao curso, destacam-se “serem capacitados como multiplicadores; conhecimento apreendido seja útil na prática e que o conhecimento a ser desenvolvido seja preparado com didática”. Vale ressaltar que, apesar de terem demandas específicas de cada modelo de escola, há problemas comuns a todas e soluções que devem ser feitas de forma coletiva. Esse olhar prévio dos docentes permitiu o planejamento de uma formação que promova práticas alimentares em comunidades escolares de forma a incluir e valorizar o professor como co-responsável na promoção desses hábitos.

A parceria entre nutricionistas e os educadores deve ser considerada de muita importância para a construção de práticas em EAN. Para que isso se mantenha, é preciso que seja estimulada a formação contínua de profissionais envolvidos na promoção da alimentação saudável nas escolas. O projeto de extensão “Oficina Permanente em Educação Alimentar e em Saúde” (OPEAS), inicialmente voltado para nutricionistas e estudantes de nutrição da UNIFESP/Baixada Santista, possui atividades desde 2007 e possui como um de seus objetivos principais a “promoção e atualização do conhecimento dos profissionais para o fortalecimento do papel da escola na formação de hábitos alimentares saudáveis”. Na construção da OPEAS 2009, verificou-se a importância de envolver mais os profissionais da educação envolvidos em todo sistema escolar e convidou diretores, coordenadores e professores para a oficina. Após os debates e trocas durante o evento, avaliou-se que a relação entre os nutricionistas e os educadores estava distante e isso pode ser um dos motivos por haver dificuldade em realizar atividades de EAN no ambiente escolar. Essa oficina sensibilizou e aproximou os profissionais para gerar o trabalho em parceria para construção de saberes e práticas de EAN nas escolas (JUZWIAK; CASTRO; BATISTA, 2013).

Um exemplo de organização que desenvolve práticas de EAN nas escolas é o projeto chamado “A Escola Promovendo Hábitos Saudáveis”, do Distrito Federal, que existe desde 2001 e possui como objetivo promover e inserir práticas alimentares saudáveis nas escolas públicas e privadas de educação infantil e de ensino fundamental. A partir do ano de 2003 foi montada, vinculada ao Observatório

de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN) da Universidade de Brasília (UnB), uma formação para educadores e donos de cantinas escolares que oferece bases técnico-pedagógicas e competências necessárias ao trabalho autônomo de educação alimentar e nutricional na escola (SCHMITZ, 2008).

O estudo de Yokota et al. (2010) utilizou o projeto “A Escola Promovendo Hábitos Saudáveis” como base para fazer uma comparação entre duas estratégias de intervenção da EAN em uma comunidade escolar composta por alunos e professores. Na primeira intervenção, as ações foram desenvolvidas pela equipe responsável pelo projeto, por meio de palestras educativas com toda a escola. Já na segunda intervenção, as ações foram desenvolvidas a escolares e educadores pelos professores que participaram das oficinas de formação promovidas pelo projeto. O resultado obtido através de questionário aplicado após cada intervenção mostra que em toda comunidade escolar não houve diferença significativa de acertos da palestra ministrada por profissionais de nutrição e pelos professores responsáveis pela atividade, o que demonstra que o professor pode servir como multiplicador de conhecimento nutricional. Esse grande percentual de acertos com a palestra dos professores reforça a importância da transmissão de conhecimentos a respeito da nutrição a esses profissionais.

Em Davanço, Taddei e Gaglianone (2004), para avaliar e comparar a importância da formação de profissionais a respeito de assuntos relacionados a nutrição, foi montado um curso teórico prático sobre nutrição, atividades físicas e saúde para avaliar a importância da aplicação de cursos para a aprendizagem sobre esses assuntos para que os professores se tornem agentes transformadores do comportamento alimentar dos seus alunos. Com os conhecimentos do curso, foi aplicado com a orientação dos pesquisadores um programa de EAN com jogos educativos com os estudantes, estimulando a participação ativa na atividade proposta. Ao mesmo tempo em que educadores estavam sendo expostos ao curso, outro grupo de docentes que não participaram dessa etapa da pesquisa era avaliado e os resultados foram bem expressivos com cerca de 80% de acertos no questionário a respeito das perguntas relacionadas a práticas de EAN. Isso pode evidenciar que os professores em contato com formação profissional podem contribuir de forma mais intensa em atividades de EAN.

De acordo com o estudo de MAGALHÃES et al., 2019, 86% dos professores da educação infantil, participantes da pesquisa, relataram a ocorrência de atividades pedagógicas sobre a temática de EAN. Dentre as atividades, palestras com nutricionistas, reuniões pedagógicas e projetos de EAN foram citados como os mais presentes. Além disso, foi informado que existem alguns eventos anuais que abordam nutrição, como o “Dia Mundial da Alimentação”. Apesar disso, as respostas dos professores a respeito das práticas de EAN foram superficiais e generalistas, demonstrando falta de conhecimento a respeito do assunto. Para os educadores, EAN está relacionada a dimensões unicamente biológicas, focando no funcionamento fisiológico do corpo e não há menções a respeito ao olhar sociológico, relacionando cultura, afetividade e aspectos sociais com as práticas de EAN. Foi observada a importância da realização de atividades mais profundas que aprofundem com mais clareza as dimensões multifacetadas que envolvem a EAN e as identificações dessas dimensões no cotidiano escolar (MAGALHÃES; PORTE, 2019).

Como exemplo de uma proposta diferenciada para incluir alimentação e nutrição em todas as disciplinas básicas ministradas pelos educadores em sala de aula, Pietruszynski et al. (2010) elaborou um “livro de ideias” intitulado “Ideias Nutritivas: práticas pedagógicas envolvendo a alimentação”. O livro foi montado pensando nas disciplinas básicas de todo currículo escolar, como Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia e trazem propostas pedagógicas envolvendo nutrição e alimentação para cada disciplina. Seguindo os parâmetros curriculares nacionais e de forma lúdica e criativa, a autora traz “ingredientes”, “modo de fazer” e “temperos” como elementos para aproximar os alunos e educadores para as práticas de EAN. Essa proposta deixa o professor livre para explorar a criatividade e autonomia de fazer as atividades ao longo do período letivo e atingir os objetivos de interdisciplinaridade propostos pelo Marco de EAN (BRASIL, 2012).

### **3 JUSTIFICATIVA**

A escola é um local de construção social e individual. É um dos primeiros espaços de socialização infantil e, com isso, pode influenciar de forma significativa

na alimentação das crianças. A maior parte das crianças e adolescentes do Brasil precisa realizar ao menos uma grande refeição na escola e, desta forma, há o contato com outras crianças e com educadores no momento da alimentação.

Em escolas públicas, cabe ao PNAE auxiliar na organização e promoção da alimentação adequada, porém em escolas particulares não há implementação das diretrizes do PNAE e é papel da escola garantir que a alimentação dos seus alunos esteja adequada, saudável e que as informações a respeito de hábitos alimentares adequados sejam repassadas aos escolares com fácil entendimento e de forma lúdica e criativa. O educador de uma escola é considerado uma fonte de conhecimento e segurança para seus alunos e isso estabelece uma relação de confiança e respeito com relação aos assuntos abordados por ele dentro da comunidade escolar. Somado a isso, é necessário que haja formação dos professores a respeito de práticas de educação alimentar e nutricional que possam ser abordadas dentro e fora de salas de aula.

Por isso, devemos compreender a importância do papel do educador na promoção de saúde e práticas alimentares adequadas e saudáveis na alimentação escolar, para que sejam estimuladas práticas de EAN por esses profissionais nas instituições de ensino.

## **4 OBJETIVO**

### **4.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a importância do papel do educador no cenário da promoção de práticas de Educação Alimentar e Nutricional na alimentação escolar em uma escola particular do Rio de Janeiro.

### **4.2 OBJETIVO ESPECÍFICO**

Elaborar um relato de experiência a partir da vivência em estágio de nutrição social;

Abordar a influência da ação do educador na construção de práticas alimentares adequadas e saudáveis dos escolares.



## **5 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste trabalho foi o desenvolvimento de um relato de experiência de caráter qualitativo baseado nas percepções vividas durante os Estágios Supervisionados Obrigatórios de Controle de Qualidade, realizado entre os meses de Julho e Setembro de 2022 e de Nutrição Social, realizado entre os meses de Março e Maio de 2023, em uma escola particular que possui alimentação escolar, localizada em bairro nobre do Rio de Janeiro e de estudantes de famílias com alto poder aquisitivo. Para a construção do relato de experiência, foi utilizada a observação participativa, que pode ser definida como uma técnica de coleta de dados qualitativos que consiste em um pesquisador observar e participar ativamente de uma determinada situação ou contexto social, a fim de compreender e documentar o comportamento, as interações e as dinâmicas desse contexto (VALLADARES et al., 2007).

Para corroborar o relato de experiência, foi feita uma revisão narrativa, em que foram buscados artigos na base de dados Scielo utilizando os descritivos “alimentação escolar” e “educadores”, em que foram encontrados 7 artigos, dentre eles foram excluídos 3 artigos por fugirem da temática, como citar horta escolar, direcionar o artigo apenas a escolas públicas e artigos com referências anteriores aos anos 2000. Além da pesquisa anterior, utilizando os descritores “educação alimentar” e “educadores” foi feita uma nova busca na mesma base de dados e como resultado foram encontrados 9 artigos, dentre eles 4 foram repetidos da pesquisa anterior e apenas 1 foi aproveitado por obter temática relevante. Além dos artigos obtidos pela busca, foram utilizados outros documentos, cartilhas e artigos relevantes.

Por princípios éticos e para garantir a integridade dos participantes de forma indireta no relato feito por observação participativa, o nome da escola e dos profissionais foram preservados.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para iniciar o relato de experiência, é necessário ressaltar que ele foi construído através do olhar de uma estagiária e estudante em formação.

Contextualizando o local dos estágios, foram realizados em uma escola de famílias de alto poder aquisitivo, localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Com alunos do Maternal, Educação Infantil e Ensino Fundamental 1 e 2, e que possui uma proposta pedagógica diferente, baseada em metodologias ativas, focada no desenvolvimento integral dos alunos, com preocupações a respeito da alimentação, sustentabilidade e pensamento crítico.

Possui ensino obrigatoriamente integral, com almoço incluso na mensalidade, no qual alunos e profissionais iniciam as atividades por volta de 7h30 e finalizam por volta de 16h e, desta forma, a maioria das refeições do dia são feitas no ambiente escolar. Em relação à estrutura no momento das refeições, os lanches da manhã e da tarde são feitos em sala de aula e o almoço é servido em três grandes refeitórios, divididos conforme os segmentos.

Cada turma possui diariamente 1 professor de português, 1 professor de inglês e 1 professor responsável pela turma. O professor responsável possui a função de acompanhar os alunos em momentos específicos durante o dia, como no início das aulas, em aulas especiais e nos momentos de alimentação, principalmente na hora do almoço.

Por ser uma escola que possui serviço de alimentação, possui nutricionistas na unidade responsáveis por supervisionar a montagem dos lanches e o serviço do almoço. Além disso, há 2 nutricionistas da escola que fazem a fiscalização do serviço de alimentação e realizam o contato com responsáveis, alunos, professores e coordenadores da escola. Ambas nutricionistas recebem estagiários de ao menos 3 universidades, para realizarem atividades de Controle Microbiológico dos Alimentos e Processos Produtivos de Refeições e para atividades voltadas para Nutrição Social, como desenvolvimento de atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) com os estudantes e colaboradores da escola.

Apesar de ser uma escola integral, com muitas atividades relacionadas a alimentação e nutrição diariamente, não há treinamento e formação dos educadores da escola a respeito do ensino de alimentação e nutrição para os alunos, limitando esses momentos de aprendizado para as crianças às atividades elaboradas exclusivamente por estagiários que frequentam a escola em um curto período de tempo, ao longo de todo ano letivo.

O estágio obrigatório de Controle Microbiológico dos Alimentos foi realizado entre Julho e Setembro de 2022 e foram cumpridas 220 horas na unidade de serviço de alimentação da escola. As atividades desenvolvidas envolviam verificação de temperatura dos refrigeradores, estufas, rampas e dos alimentos. Além disso, era pedido pela nutricionista gerente da unidade que os estagiários ficassem nos refeitórios durante todo momento em que estava sendo servido o almoço para orientar a respeito da quantidade de cubas que precisavam de troca.

Como as atividades do estágio de Controle Microbiológico dos Alimentos dependiam da iniciativa de cada estagiário, eu preferia ficar nas rampas observando as escolhas alimentares dos alunos e fornecendo orientações caso não houvessem estagiários de nutrição social no local. Durante esses momentos de almoço pude começar a perceber as diferenças entre os refeitórios e cada turma, que possuem relação direta com o professor responsável por ficar observando e auxiliando cada turma nas escolhas alimentares.

Pude voltar a ser estagiária da escola durante o Estágio Supervisionado Obrigatório de Nutrição Social, realizado durante os meses de Março e Maio de 2023, e minhas funções diárias se limitavam a acompanhar as refeições dos alunos durante o momento do lanche da manhã, da tarde e no almoço. Fui designada ao segmento Fundamental 1, com crianças do primeiro ao quinto ano, de idades entre 6 e 10 anos. Apesar disso, gostava de circular pela escola e observar como a alimentação estava sendo abordada pela escola e seus colaboradores em todos os segmentos. Como já havia reparado algumas diferenças de cada refeitório com base nos professores que ficavam em cada um, me dediquei a usar parte do tempo desse segundo estágio para observar mais intensamente se havia a iniciativa da escola em promover alguma atividade dentro de sala de aula com o intuito de incentivar que os educadores sejam multiplicadores de conhecimento a respeito da alimentação e nutrição para as crianças.

Por meu horário ser voltado para a parte de manhã, acompanhei de perto os lanches da manhã, que são chamados de “fruit time” para estimular o consumo de frutas e de lanches saudáveis e leves, já que o horário não é tão longe da hora do almoço em algumas turmas. Ao observar esse momento, nem sempre tinham lanches saudáveis em todas as séries. Pude perceber que em algumas turmas havia

maior interação do professor no momento do lanche, como uma conversa rápida sobre a importância de se alimentar com frutas e lanches saudáveis ou até mesmo comer uma fruta nesse mesmo momento para estimular. Nessas turmas o resultado era positivo e a maioria das crianças seguiam o exemplo e escutavam o professor. Além disso, eram nessas turmas que possuímos mais liberdade para conversar com as crianças sobre os lanches, já que o diálogo sobre o assunto já era estimulado antes da presença da equipe de nutrição. Já nos lanches da tarde, chamados de “snack time”, havia a orientação da escola para que os lanches fossem mais saudáveis e era estimulado o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados. Isso não ocorria no dia a dia e era comum encontrar lanches ultraprocessados. No snack não havia muita abertura dos professores para que a equipe de nutrição pudesse entrar nas salas para conversar sobre como estava a alimentação das crianças naquele momento, já que era feito em sala de aula e entre as aulas do horário da tarde, que normalmente os alunos ficavam mais agitados.

No refeitório infantil, no qual almoçam alunos do maternal, educação infantil e primeiro ano do ensino fundamental, pude observar durante os dois estágios que a função dos educadores no momento da alimentação se restringe a anotar o que cada aluno comeu e tirar foto dos pratos no final, antes do descarte de cada prato. Os pratos são montados de forma padrão pela equipe do serviço de alimentação com 2 saladas frias, 1 guarnição, 1 opção proteica, arroz e feijão. Algumas crianças possuem restrições e preferências alimentares, que são informadas pelas educadoras responsáveis no momento de servirem os pratos.

É no refeitório infantil que ocorre o maior desperdício de alimentos, ocasionado provavelmente pela falta de incentivo da escola e dos educadores daquele espaço para que os alunos se alimentem de forma adequada e suficiente. A maioria das professoras incentiva o consumo de apenas feijão e arroz, não se atentando aos outros grupos alimentares que devem compor o prato de uma criança em fase de crescimento. No momento em que há a presença de algum estagiário, as professoras responsáveis pedem ajuda para auxiliar apenas alguns alunos em específico, ao invés de direcionar a orientação nutricional para a turma toda. O papel do estagiário de nutrição social naquele refeitório se reduzia a insistir para que a criança comesse o máximo que ela conseguisse, o que muitas vezes surtia o efeito contrário e estimula a aversão à comida, já que é uma prática contraproducente.

Durante o Estágio de Nutrição Social pude participar de uma aula de culinária com crianças da educação infantil, que foi estimulada pela professora responsável por uma das turmas. Acredito que essa iniciativa da professora foi baseada na falta de atividades lúdicas voltadas para a educação alimentar e nutricional com esse público. A atividade foi pensada desde o início pela professora, desde a receita a ser feita até mesmo a disponibilidade de alguns utensílios para que fosse realizada, o que é estranho já que na escola havia uma equipe de estagiários e nutricionistas responsáveis pela elaboração de atividades relacionadas à nutrição e alimentação.

O refeitório 2 era um problema em ambos os estágios, já que passam cerca de 18 turmas do fundamental 1 em um curto período de tempo, o que sobrecarrega a equipe do serviço de alimentação para repor as cubas de comida e dificulta o trabalho da equipe de nutrição, já que tem muitas crianças para auxiliar ao mesmo tempo. Além de ser uma dificuldade para os profissionais que trabalham na escola, é uma situação ruim para as crianças, que precisam escolher os alimentos para compor o prato com mais urgência e se alimentar de forma mais apressada, já que outra turma virá para almoçar no mesmo local em poucos minutos. Devido a essa pressa, muitos estudantes colocavam muita comida no prato, o que gerava bastante desperdício de alimento na área de descarte.

Somado a isso, há pouca ou nenhuma orientação dos educadores no momento da alimentação nesse refeitório, o que gera um ambiente sem sensibilização da parte dos professores para a equipe de nutrição atuar. Nos primeiros dias do estágio de Nutrição Social, me dediquei a entender o pensamento dos educadores responsáveis por acompanhar as turmas naquele ambiente. A percepção da maioria era de que não teria possibilidade de diálogo com as crianças naquele refeitório pela falta de orientação dentro de sala de aula e o pouco tempo que as crianças possuíam para almoçar, o que restringia alguns educadores a apenas combinar com as turmas que todos deveriam incluir uma opção de proteína no prato, independentemente do quanto haveria de porções dos outros grupos alimentares. Isso acabou por incentivar que muitos alunos colocassem muita proteína ou até mesmo só comerssem esse grupo alimentar durante o almoço. Como o combinado com os professores era esse, a ação da equipe de nutrição ficava limitada a apenas orientar e não educar de forma consciente esses alunos.

Ao retratar a situação do refeitório 2 para a preceptora do estágio de Nutrição Social, fomos orientados a “forçar” os alunos a comerem tudo que colocarem no prato, de forma a montar uma barreira de estagiários de nutrição para impedir os alunos a se locomoverem para a área de descarte de alimentos até que tenham se alimentado de forma suficiente. Essa situação causou um efeito bem adverso, pois precisamos lidar com situações complicadas, como alunos chorando enquanto se alimentavam e estudantes se recusando a se alimentar. Além de obter um resultado negativo com os educadores presentes no refeitório, já que o intuito era de que fosse feita uma parceria para ações de EAN naquele ambiente e, ao perceberem quais os impactos dessa ação nas crianças, acabaram repudiando a prática. Essa ação durou cerca de 2 semanas e até o último dia de estágio foi incentivada pela preceptora, por mais que os estagiários não estivessem se sentindo confortáveis para realizar, já que não é atuação do estagiário contribuir para esse tipo de prática.

No refeitório 1 passam na hora do almoço os colaboradores da escola e 6 turmas do fundamental 1 ao mesmo tempo. Realizando uma comparação com o refeitório 2 seria o correspondente a  $\frac{1}{3}$  dos alunos, o que proporciona uma experiência melhor já que não precisa de tanta pressa para se alimentar e escolher a composição do prato. Desde o meu primeiro estágio na escola, percebi a presença de um professor específico que esteve presente todos os dias durante a passagem das turmas dele pelo refeitório auxiliando na escolha dos pratos, orientando durante o almoço a comer tudo que colocou no prato para se saciar e não desperdiçar, fiscalizando o descarte dos restos alimentares. Essa presença marcante proporciona aos alunos uma alimentação mais balanceada e suficiente para se nutrir e se manter saudável. Além disso, é nítido que o desperdício é menor pelo incentivo de que se coma a comida que foi colocada no prato.

Ao retornar à escola no meu segundo estágio, percebi que o mesmo educador era responsável por 2 turmas do terceiro ano que almoçavam no refeitório 1 e continuava muito presente e preocupado com a saúde das crianças. Quando perguntei a ele se havia algum combinado com os alunos, me disse que desde o primeiro dia de aula faz acertos com relação a comportamentos das crianças, abordando temas norteadores da escola como respeito, excelência, bondade, responsabilidade e entusiasmo. Nessa mesma conversa, inclui a alimentação como ponto importante e combina que cada aluno deve incluir uma proteína, arroz, feijão e

alguma salada ou legume de sua preferência. Além de fazer combinados com o “fruit time” ser apenas fruta, como orienta a escola.

Observamos que as turmas de terceiro ano se mostraram mais curiosas com relação à nossa presença no refeitório e um dos educadores nos trouxe a demanda de alguma atividade relacionada à nutrição para ser feita com os estudantes de todas as turmas diariamente antes do início das aulas. Com isso, decidimos direcionar algumas atividades para esse segmento específico.

O início das atividades voltadas para o terceiro ano do ensino fundamental foi a realização de uma gincana contra o desperdício produzido no momento do almoço pelas 6 turmas, com 25 alunos cada, alocadas nos dois refeitórios. Para a preparação do refeitório para que a gincana se iniciasse, utilizamos 2 lixeiras identificadas para que fossem depositados apenas os restos das turmas participantes da atividade. Foi feita com cerca de 150 alunos e ao final de cada almoço pesamos a quantidade de restos alimentares de cada lixeira posicionada em cada refeitório específico. Como resultados, obtivemos 1kg a menos de comida no final da gincana, se comparado o primeiro dia com o último mas, ao comparar cada refeitório de forma separada pudemos perceber a diferença do refeitório 2 para o refeitório 1. No último dia de gincana, no refeitório 1 foram desperdiçados 500g de alimentos e no refeitório 2 foram desperdiçados 2kg, o que resulta em um valor 4 vezes maior. Ao final de 4 dias, fomos até as turmas para conversar a respeito do desperdício, para promover uma reflexão a respeito da alimentação consciente. Essa diferença entre os refeitórios pode ser explicada pela falta de apoio dos professores do refeitório 2 para fazer a atividade ser bem sucedida, já que durante esses dias também não pudemos contar com orientações a respeito da montagem dos pratos e de conversas dentro de sala de aula para incentivar a participação das crianças. Já no refeitório 1, por influência do educador presente, os alunos já chegavam ao local engajados com a campanha, se alimentando de forma consciente e suficiente, de acordo com a fome e exercendo a autonomia alimentar de forma correta e sustentável.

Após a gincana, aproveitamos o espaço cedido pelos professores no início das aulas e elaboramos um jogo lúdico, do tipo de tabuleiro humano, com temáticas a respeito da sustentabilidade, alimentação e saúde. No tabuleiro incluímos como

opções de casas os prêmios e as infrações, em que os alunos acumulavam pontos com uma ação positiva, como comer uma verdura no almoço, e perdiam pontos ao sortear uma ação negativa, como não beber água suficiente durante o dia; e perguntas e desafios, em que os alunos somavam pontos conforme a dificuldade da carta sorteada. Foram 3 semanas de jogos, com 3 rodadas em cada turma. Os resultados foram positivos ao longo das rodadas, todas as turmas adoraram e elogiaram a atividade e vários alunos experimentaram comidas novas por terem sorteado prêmios que se referiam à experimentação de novos alimentos. A relação do professor com a atividade proposta também foi observada nessa atividade, já que ambos os educadores tiveram a oportunidade de participar do momento da brincadeira com as crianças e nem todos se mostraram interessados a estar presentes na sala e ajudar a conduzir o jogo ou a fazer comentários a respeito das respostas que foram surgindo ao longo das semanas. O resultado foi melhor nas turmas em que havia a participação ativa do professor durante a brincadeira, já que há o respeito e o carinho com o educador já construídos ao longo do ano letivo e a nossa participação na atividade é validada por quem os alunos já possuem segurança e intimidade.

Portanto, com base nesse relato de experiência é possível afirmar que as atividades de EAN quando elaboradas e realizadas em trabalho conjunto com um professor possuem resultados mais positivos do que as que não há parceria. A participação ativa dos educadores, tanto durante as refeições quanto em momentos de reflexão na sala de aula, ocorrida apenas com as turmas do refeitório 1, mostrou-se fundamental para incentivar os alunos a se alimentarem de forma consciente. Esses resultados ressaltam a importância da parceria entre a equipe de nutrição e os educadores na efetividade das atividades de Educação Alimentar e Nutricional.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) possui como objetivo promover a saúde alimentar nas crianças de escolas públicas durante todos os anos escolares, da educação infantil ao ensino médio. É assegurado por lei que as refeições devem ser planejadas por nutricionista responsável, especificando o uso de alimentos *in natura* e minimamente processados como base de toda alimentação, de modo a respeitar hábitos alimentares e cultura local. (BRASIL, 2009; LIMA, 2019). Além disso, seguindo o que se estabelece nas Diretrizes Curriculares



Nacionais e na Lei 11.947/2009, o ensino em alimentação e nutrição deve ser tratado de forma universal e integradamente no plano curricular escolar, abordando o tema, explorando o desenvolvimento de práticas saudáveis na vida e a perspectiva da segurança alimentar e nutricional. (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013;).

Como citado anteriormente, o PNAE é previsto por lei exclusivamente para as escolas públicas e a legislação a nível nacional que envolve a escola privada e os direitos à alimentação e a inclusão da educação alimentar e nutricional no conteúdo abordado não é tão conhecida e difundida nessas instituições. Isso pode explicar a falta de conhecimento dos professores dessas escolas quanto à temática e a falta de incentivo da instituição na inclusão do estudo em nutrição na grade curricular.

O papel do nutricionista nas ações de EAN nas escolas é assegurado pelo PNAE e faz parte de sua função coordenar e realizar as ações de forma articulada com a direção e coordenação pedagógica das escolas, pensando na perspectiva interdisciplinar do conteúdo a ser abordado. Um estudo realizado nos municípios de Goiás avaliou a presença de práticas de EAN feitas pela nutricionista responsável técnica nas creches e escolas. Apesar de ter ações de EAN, a frequência média se mostrou ser semestral, o que não causa um efeito positivo, duradouro e de incentivo a práticas pelos profissionais da escola na ausência da nutricionista. As práticas foram vinculadas à participação e criatividade da nutricionista no processo produtivo das ações em grande parte dos municípios, o que ocasionou a falta de atividades lúdicas e a promoção de atividades mais simples, como palestras, que não se mostram tão efetivas em uma atividade em EAN (SILVA et al., 2018).

Para explorar a EAN nas escolas, é necessário criatividade e entender que as práticas devem ser feitas através de uma construção coletiva do conhecimento, relacionando as vivências do estudante com as teorias importantes para a compreensão do conteúdo abordado. Para isso, é necessário preencher as lacunas do conhecimento que a formação em nutrição de algumas instituições produzem. Currículos antigos e sem reformulação provocam a ausência de teorias específicas de EAN e as disciplinas reflexivas a respeito do tema não conseguem abranger a grandiosidade que a área possui.

Um estudo realizado com nutricionistas atuantes na área de alimentação escolar mostra que há lacunas na formação no âmbito da atuação na área. Foi

relatado pelos participantes que os currículos abordam poucas questões como licitação, prestação de contas e a legislação do PNAE como um todo. Majoritariamente, a atividade citada como mais importante no trabalho foi a promoção de EAN, apesar de não conseguirem atuar da forma que gostariam nos ambientes escolares, por falta de recursos ou de conhecimento a respeito da temática. Durante o estudo foi ressaltado que a discussão seria intensificada com a Lei 11.947/2009, que recomendaria a introdução de EAN no currículo, e o cenário de prática poderia ser mudado, mas não foi o que observamos atualmente já que ainda há dificuldade na implementação de práticas de EAN nas escolas no Brasil. (HONÓRIO; BATISTA, 2015)

Os professores em contato com capacitações feitas por uma equipe de nutrição podem se sentir confortáveis para ministrar conteúdos e contribuir de forma efetiva em atividades de práticas de educação alimentar e nutricional. Esse fato fica evidente no estudo de Yokota et al. (2010), em que foi feita a formação aos educadores participantes da pesquisa e depois foi pedido que eles participassem de forma ativa na condução de uma atividade de EAN. O resultado obtido através de questionário aplicado aos alunos no final de cada intervenção foi semelhante ao grupo que obteve a atividade de EAN feita por nutricionistas, o que demonstra que é possível que o ensino da promoção de saúde seja feito pelo professor e que é função do nutricionista passar segurança e informação para esse profissional poder atuar como multiplicador de conhecimento em nutrição. É importante ressaltar que esses cursos precisam ser montados com conteúdos interessantes e que provoquem reflexões a respeito da alimentação como construção social, pertencimento e memória, explorando aspectos voltados ao olhar sociológico da nutrição.

Observou-se a importância da realização de atividades de EAN que sejam profundas e possam abordar relações sociais e culturais da alimentação, para que sejam aprofundados os conteúdos a respeito de nutrição que os educadores já possuem em sua vivência. Isso foi possível pois ao aplicar um questionário a respeito das práticas de EAN, as respostas foram majoritariamente voltadas a dimensões biológicas, o que mostra certa limitação no cenário de prática de EAN e pode ser desinteressante aos alunos (Magalhães et al., 2019)

Os estudos de Soares, Lazzari e Ferdinandi (2009) e Bernardon et al. (2009) demonstram a importância da participação dos docentes na construção de formações e do conhecimento a respeito de nutrição e também como o diálogo com esses profissionais é fundamental para que se obtenha um melhor aproveitamento do conteúdo abordado pelos alunos. Notou-se que 62,32% dos educadores não haviam recebido formação para transmitir conhecimentos a respeito da temática e 80,30% acreditava que a inclusão de uma disciplina específica de EAN na matriz curricular seria benéfica para a saúde nutricional dos escolares (SOARES; LAZZARI; FERDINANDI, 2009).

Nesse sentido, o estudo de Bernardon et al. (2009) construiu uma formação em alimentação e nutrição com o auxílio de professores de diferentes modalidades de ensino e poderes aquisitivos. Essa ajuda consistiu no levantamento de demandas e expectativas a respeito do curso, nas quais o que mais surgiu como dificuldade foi a falta de conhecimento sobre alimentação pelos educadores e pelos responsáveis pela criança. Quanto às expectativas, a que merece maior destaque foi a de serem capacitados como multiplicadores e que o conhecimento apreendido seja útil na prática. O olhar prévio dos educadores permitiu o planejamento de uma formação que promova hábitos alimentares em comunidades escolares de forma a incluir e valorizar o professor como co-responsável na promoção desses hábitos.

Portanto, a promoção de práticas de EAN em escolas deve ser considerada como uma responsabilidade fundamental não só de uma categoria, mas do governo em buscar implementar legislações para o ensino de nutrição nas escolas privadas; da escola em se preocupar com os hábitos alimentares dos escolares; da nutricionista responsável pela equipe de nutrição da escola para que busque atualizações a respeito de práticas em EAN e o fomento a formação dos profissionais presentes na escola e do educador, que pode buscar formas de integrar a vivência dos alunos com os saberes teóricos da grade curricular.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do observado neste estudo, foi possível identificar a importância do papel do educador no cenário da promoção de práticas da Educação Alimentar e

Nutricional (EAN) na alimentação escolar em uma escola particular do Rio de Janeiro, com base na elaboração de um relato de experiência a partir da vivência em estágios supervisionados. Além disso, foi abordada a influência da ação do educador na construção de hábitos alimentares dos escolares.

Durante todo relato de experiência apresentado, podemos perceber a importância do educador e do nutricionista para a promoção de hábitos saudáveis nas crianças. Foi ressaltada a presença de um educador preocupado com a saúde e suas atitudes que refletem no comportamento alimentar dos estudantes. Em contrapartida, foram apresentadas situações em que outros educadores não se empenharam no acompanhamento e orientação a respeito da alimentação de seus alunos. A comparação entre as escolhas alimentares das crianças do mesmo segmento escolar, pode ser realizada com olhar voltado para a relação de respeito, confiança, amor e atenção que os professores estabelecem desde o início do ano letivo. A falta de orientações com relação à alimentação entre as turmas com os educadores se reflete no desperdício e no desinteresse em experimentar alimentos novos.

É importante destacar o pouco incentivo a práticas efetivas de Educação Alimentar e Nutricional pela escola e pela nutricionista responsável, já que as sugestões que eram feitas aos estagiários não refletiam em um trabalho responsável com impacto significativo em mudanças na alimentação do escolar. É importante destacar o papel educador do nutricionista para ações dentro e fora de uma escola, já que nosso olhar para um ser humano precisa ser respeitoso e cuidadoso para que as nossas orientações a respeito de uma vida saudável sejam compreendidas da melhor forma possível.

A parceria do nutricionista presente nas escolas com os professores se mostrou ser necessária para que sejam estimuladas atividades de EAN de forma interdisciplinar. Somado a isso, a formação e treinamentos de professores, que poderiam ser realizados pela equipe de nutrição responsável ou por alguma nutricionista convidada, se mostrou um fator determinante para que permita que o educador esteja confortável e bem informado ao ministrar conteúdos a respeito da nutrição e alimentação.

O presente trabalho pode contribuir para o campo da nutrição ao provocar a reflexão a respeito das lacunas que a falta de educação em nutrição e alimentação proporciona, tanto aos nutricionistas formados e que irão atuar na área de nutrição escolar, tanto aos professores e profissionais da educação que atuam diretamente na educação de crianças e adolescentes das escolas do país. Além disso, se faz necessária uma legislação para garantir a promoção de EAN no currículo de escolas privadas, que foi o foco do estudo, e uma legislação eficaz nas escolas públicas cobertas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), já que na revisão de literatura foi possível observar que faltam práticas envolvendo alimentação e nutrição nesse público.

O estudo foi elaborado por uma estudante que durante longo período da graduação foi monitora da disciplina de Sociologia da Saúde, o que pode ter viesado à prática no campo de estágio a um olhar sociológico e antropológico, que é necessário para se obter resultados efetivos e uma nutrição humanizada e consciente. Acredito que, por conta desse conhecimento adquirido, a empatia guiou as decisões e relações entre a autora e os profissionais da educação da escola, de modo a não julgar e buscar entender os determinantes sociais envolvidos na atuação de cada um. Além disso, outro fator limitante é devido ao trabalho ser feito com o olhar de um campo de estágio de escola privada, não se pode afirmar com o relato de experiência produzido se há a promoção de práticas educativas em alimentação e nutrição em escolas públicas.

Portanto, devido às limitações apresentadas anteriormente, é necessário o desenvolvimento de outros estudos na área de nutrição que avaliem a atuação do nutricionista da área escolar no contato e orientação ao educador, bem como a temática do nutricionista como educador, com o objetivo de aumentar o conhecimento e aprofundar questões que o estudo não conseguiu contribuir.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALBIERO, K.A.; ALVES, F.S. Formação e desenvolvimento de hábitos alimentares em crianças pela educação nutricional. *Revista Nutrição em Pauta*, v.15, n.82, p.17-21, 2017.

BARBOSA, N.V.S; MACHADO, N.M.V; SOARES, M.C.V; PINTO, A.R.R. Alimentação na escola e autonomia: desafios e possibilidades. *Ciência e Saúde Coletiva*, 18(4):937-45. 2013. doi: 10.1590/S1413-81232013000 400005

BASÍLIO, A. L. Alimentação escolar é parte do processo de aprendizagem. *Centro de Referências em Educação Integral*, 2016. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/alimentacao-escolar-e-parte-do-processo-de-aprendizagem/>

BERNARDON, R. et al. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. *Revista de Nutrição*, v. 22, n. 3. 2009.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei no 11.947, de 16 de junho de 2009. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica*. Brasília, Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei no 13.666, de 16 de maio de 2018. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar*. Brasília, Presidência da República, 2018.

BRASIL. *Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica*. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Interministerial no 1.010, de 8 de maio de 2006. *Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional*. Brasília: MS, 2006.

BRASIL. Resolução no 6, de 08 de maio de 2020. *Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*. Brasília, DF, 2020.

BIZZO, M. L. G., LEDER, L. Educação Nutricional nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. *Rev Nutr*, 18(5): 661-667. 2005.

CAMOZZI, A.B. Q. et al., . Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? *Cad. saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 32-37, mar. 2015.

CHAVES, L.G; SANTANA, T.C.M; GABRIEL, C.G; VASCONCELOS, F.A.G.; Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. *Ciênc Saúde Colet.* 2013; 18(4):917-26.

DAVANÇO, G. M.; TADDEI, J. A. A. C.; GAGLIANONE, C. P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. *Revista de Nutrição*, v. 17, n. 2. 2004.

DOMENE, S.M.A. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. São Paulo: *Psicologia USP*, v.19, n. 4, p. 505-517, outubro/dezembro, 2008.

FIAN BRASIL. *Como exigir o direito à alimentação e à nutrição adequadas no PNAE?* Brasília, 2021. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/media/acervo/documentos/Cartilha-Como-exigir-o-Direito-a-Alimentacao-no-Pnae.pdf>

FORATO, A. L. S. C. et al. *PRONAC – Programa de treinamento de professores na transmissão de informações sobre nutrição e alimentação da criança*. Universidade Federal de Viçosa – Pró Reitoria de Extensão e Cultura, 2003.

GOMES, D. C. *Educação Nutricional: Educação nutricional: uma necessidade eminente no currículo do estado de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

GOULART, R. M. M.; BANDUK, M. L. S.; TADDEI, J. A. A. C. Uma revisão das ações de nutrição e do papel do nutricionista em creches. *Revista de Nutrição*, 23(4). 2010.

GREENWOOD, S. A.; FONSECA, A. B. Espaços e caminhos da educação alimentar e nutricional no livro didático. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 22, n. 1, p. 201-218, 2016.

GRILLO, L. P. et al. Estado nutricional e práticas de educação nutricional em escolares. 2016. *O Mundo Da Saúde*, 40(2), 230–238. Disponível em: <https://revistamundodasaude.emnuvens.com.br/mundodasaude/article/view/278>

HONÓRIO, A. R. F.; BATISTA, S. H. Percepções e demandas de nutricionistas da alimentação escolar sobre sua formação. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 13, n. 2, p. 473–492, maio 2015.

JUZWIAK, C. R.; CASTRO, P. M.; BATISTA, S. H. S. S. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 18, n. 4. 2013.

LIMA, L. *Entenda o papel da escola na criação de hábitos alimentares saudáveis*. Portal MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/oferta-voluntaria/384-noticias/fnde-1801140772/86291-entenda-o-papel-da-escola-na-criacao-de-habitos-alimentares-saudaveis>

MAGALHÃES, H. H. S. R.; PORTE, L. H. M. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional. *Ciência & Educação* (Bauru), v. 25, n. 1. 2019.

MINAS GERAIS. Lei no 15.072, de 05 de abril de 2004. *Dispõe sobre a promoção da Educação Alimentar e Nutricional nas Escolas Públicas e Privadas do Sistema Estadual de Ensino*. Legislação Estadual de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

MIRANDA, E. D. S. A influência da relação professor-aluno para o processo ensino aprendizagem no contexto afetividade. *8º Encontro de Iniciação Científica. 8º Mostra de Pós Graduação*. Sessão de artigos. FAFIUV, 2008.

OLIVEIRA, J. C.; COSTA, S. D.; ROCHA, S. M. B. Educação nutricional com atividade lúdica para escolares da rede municipal de ensino curitiba. *Cadernos da Escola de Saúde*, v. 1, n. 9, 3 mar. 2017.

OLIVEIRA, J. E. D. Educação e direito à alimentação. *Estudos avançados*, 21 (60), 2007.

PIETRUSZYNSKI, E. B. et al. Práticas pedagógicas envolvendo a alimentação no ambiente escolar: apresentação de uma proposta. *Teoria e Prática da Educação*, v. 13 n. 2. 2010.

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. DA S.; REIS, A. B. C.. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 29, n. 11, p. 2147–2161, nov. 2013.

REDAÇÃO. *Lei inclui tema da educação alimentar e nutricional no currículo escolar*. Portal Senado Notícias, 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/05/17/lei-inclui-tema-da-educacao-alimentar-e-nutricional-no-curriculo-escolar>

RIO DE JANEIRO. Lei no 4.508, de 11 de janeiro de 2005. *Proíbe a comercialização, aquisição, confecção e distribuição de produtos que colaborem para a obesidade infantil, em bares, cantinas e similares instalados em escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona*. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 6.590, de 18 de novembro de 2013. *Obriga os bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques, que funcionam dentro das escolas de rede particular de ensino, a divulgarem as informações que menciona - referentes à presença e à discriminação de quantidades em suas tabelas nutricionais dos alimentos comercializados em seus estabelecimentos*. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

RIO DE JANEIRO. Lei no 7.867, de 01 de março de 2018. *Cria o programa “alimentação para todos” nas escolas da rede pública e privada no estado do Rio de Janeiro*. Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.



SALUSTINO, J. S. *A influência da relação professor-aluno no processo de ensino-aprendizagem: concepção de professores do ensino fundamental I da cidade de João Pessoa/PB*. 2013. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Cienc Saúde Colet*; 17(2): 453-462. 2012.

SÃO PAULO. Lei no 17.340, de 11 de março de 2021. *Dispõe sobre a proibição, nas unidades escolares de educação básica, da comercialização de alimentos industrializados que contenham gorduras trans*. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. São Paulo, 2021.

SCHMITZ, B. A. S. et al. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, suppl 2. 2008.

SILVA, S. U. et al. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 8. 2018.

SOARES, A. C. F.; LAZZARI, A. C. M.; FERDINANDI, M. N. Análise da Importância dos Conteúdos da Disciplina de Educação Nutricional No Ensino Fundamental Segundo Professores de Escolas Públicas e Privadas da Cidade de Maringá – Paraná. *Revista Saúde e Pesquisa*, v. 2 n. 2, 2009.

SOUZA, J.C.S.B; RODRIGUES, M.S. *Educação Nutricional e Alimentar na Escola*. 2020. Dissertação (Bacharelado em Nutrição), Faculdade Regional da Bahia, Barreiras.

SOUZA, P. M. O. *Alimentação pré-escolar e escolar e as estratégias de educação nutricional*. 2006. Monografia (Especialização em Qualidade em alimentos) - CET-Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n.63, pag 153-155, 2007.

YOKOTA, R. T. C. et al. Projeto “A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. *Revista de Nutrição*, Campinas, 23(1):37-47, 2010.